

SCPar Porto de Imbituba S.A.

CNPJ: 17.315.067/0001-18

NIRE: 42300038695

Data Nire: 18/12/2012



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

Imbituba/SC, 17 de Fevereiro de 2017



Conteúdo

Relatório da Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas as Demonstrações



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Cesar da Costa - Presidente
Alaor Francisco Tissot - Membro
Gerson Luiz Schwerdt - Membro
Sergio Luiz Gargioni - Membro

CONSELHO FISCAL

Santos Pacheco Alves - Presidente
Nerci Tercílio Corrêa - Membro
Juarez Rogerio Furtado - Membro
Rodrigo Goetten de Almeida - Membro

DIRETORIA

Luis Rogério Pupo Gonçalves - Diretor Presidente
Márcio de Sousa Rosa - Diretor Jurídico
Marcelo Vargas Schlichting - Diretor Administrativo

Elivelton Luiz Doré - Contador CRCSC: 37.889/O-0



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

O Estado de Santa Catarina, em meio à grave crise que assola o País, tem, mais uma vez, demonstrado a sua singularidade no contexto da Federação Brasileira.

A SCPar Porto de Imbituba S.A., para nosso orgulho, também ostenta resultados altamente positivos, enquanto a economia nacional passa pelo mais agudo período recessivo da história recente.

No exercício de 2016, a confiança na gestão empresarial, séria e competente, conquistou o aporte de significativos investimentos privados na infraestrutura portuária, ampliando a capacidade de movimentação e armazenamento de cargas.

O esforço para manter o Porto como indutor do desenvolvimento sustentável da região tem sido reconhecido por instituições de mais alta relevância para a sociedade, ao oferecerem prêmios socioambientais, em reconhecimento ao trabalho que vem sendo realizado pela equipe de gestores e profissionais especializados da SCPar Porto de Imbituba.

Para nossa satisfação, esse relatório demonstra, também, bons resultados operacionais e financeiros.

A SCPar Porto de Imbituba S.A., pelo que aqui está demonstrado, está cumprindo com determinação a missão de ser um porto multipropósito, ambientalmente sustentável, reconhecido pela qualidade de atendimento aos seus usuários e pela eficiência em sua administração.

Em nome do Conselho de Administração agradeço a todos que, com o apoio, parceria e confiança tornaram esses resultados viáveis.

A SCPar Porto de Imbituba, tenho certeza, está honrando o compromisso do acionista principal, o Governo do Estado de Santa Catarina, com a sociedade, em promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que aqui vivem.

Paulo Cesar da Costa
Presidente do Conselho de Administração



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

I – Apresentação

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPar Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à apreciação dos senhores o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

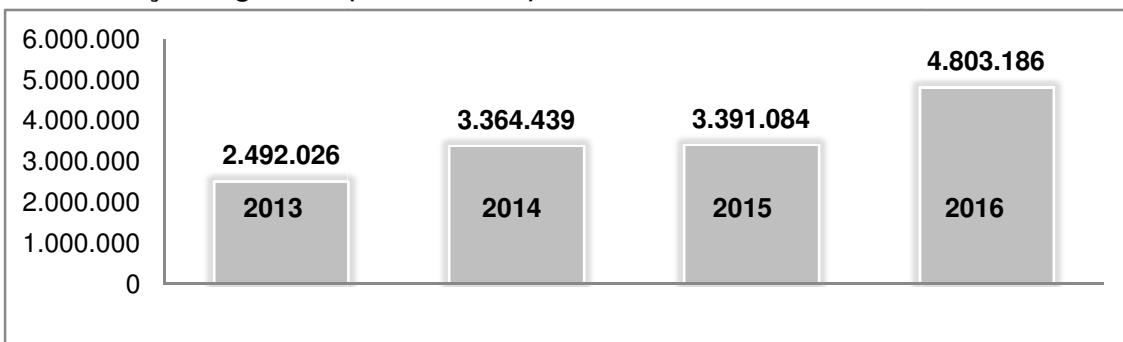
II – Mensagem da Administração

Quando a SCPar Porto de Imbituba foi criada, uma das suas principais missões era estabelecer um forte vínculo com a economia, exercendo assim o papel de promotor do desenvolvimento regional. Passados quatro anos, o crescimento da movimentação do Porto de Imbituba foi de aproximadamente 100 %, e, continuando as boas projeções, poder-se-á registrar um crescimento ainda maior para o ano de 2017. Importantes realizações, tanto no âmbito institucional como operacional e de gestão, permitiram um redirecionamento dos processos, levando ao mercado a confiabilidade do Estado de Santa Catarina. Investimentos em infraestrutura, principalmente acessos e segurança, viabilizaram maior eficácia e eficiência na operação constatada nos números. Parceria também tem sido uma marca constante nessa trajetória. A retomada do ramal ferroviário em parceria com a ferrovia Teresa Cristina permitiu que se passasse a movimentação de contêineres por este modal de transporte. Em parceria com a União, a realização da dragagem do aprofundamento no ano de 2015 colocou o Porto de Imbituba como o porto de maior profundidade do Sul do Brasil, com 15m de profundidade. Em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura de Imbituba, viabilizou em 2016 a recuperação do acesso rodoviário norte ao município, beneficiando o porto, a cidade e os usuários que dela necessitam, a qual encontra-se em construção com previsão de conclusão em 2017. Confiabilidade também passou a ser uma tônica das ações do Porto, num ciclo virtuoso, as condições operacionais e o ambiente de mercado gerado possibilitaram a atração de novas cargas. A parceria com os órgãos intervenientes tem marcado a evolução dos procedimentos complementares e interdependentes para o sucesso do funcionamento do porto, Receita Federal, Anvisa, Polícia Federal, MAPA, Antaq, SEP e Marinha do Brasil, sempre parceiros de primeira hora, viabilizando soluções aos mais diversos desafios e trabalho conjunto. Também se trabalha para que o viés social de um equipamento público como o Porto seja efetivo, destacando-se o trabalho ambiental de suma importância de monitoramento das baleias francas, reconhecido pela comunidade com a distinção dos prêmios de Expressão Ecologia de curadoria do ICMBio e o prêmio empresa cidadã concedido pela ADVB-SC. Ante a essa amostra, quer-se compartilhar a conquista desses números, difundindo cada vez mais as realizações e a inserção no mercado como um porto público competitivo, inserido no universo econômico e atento a importância do desenvolvimento regional.

III – Desempenho Operacional

No ano de 2016, houve um crescimento expressivo na movimentação de cargas no Porto de Imbituba, representando 41,64% superior ao ano imediatamente anterior. Tal elevação esta demonstrada principalmente na movimentação de graneis agrícolas, a qual foi retomada no segundo semestre de 2015. A movimentação registrada foi superior aos números de 4 milhões projetados, encerrando 2016 com 4.803.186 de toneladas movimentadas. O gráfico a seguir representa o significativo aumento na movimentação após a administração do Porto pela SCPar Porto de Imbituba S.A, representando um crescimento de aproximadamente 93 % em relação ao primeiro ano de administração.

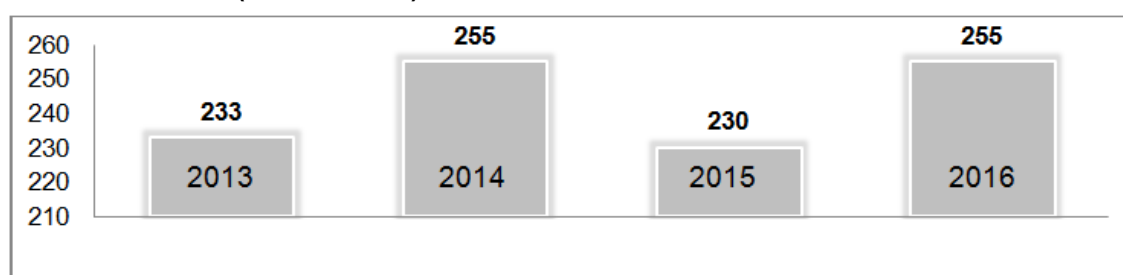
Movimentação Registrada (Em toneladas)



Outro fato que contribui para a crescente movimentação de cargas, deve se a homologação da nova profundidade do Porto de Imbituba, que a partir de outubro de 2015 passou a contar com novos parâmetros operacionais. As profundidades homologadas são: i) canal de acesso: 17 metros; ii) bacia de evolução: 15,5 metros; e iii) berços de atracação: 14,5 metros. Estes números representam um marco histórico para o Porto de Imbituba, que, desde então, passou a ser o porto com maior profundidade no sul do país, possibilitando ao Porto a recepção de navios com capacidade de transportar até 9.000 TEUs ou 80.000 toneladas de graneis.

Ao longo do ano de 2016 foram recepcionados 255 navios, sendo que o porto esta atendendo atualmente navios com maior capacidade de armazenamento e de transporte de cargas. A média de cargas transportadas por navio em 2016 foi de 18,8 mil toneladas, representando um aumento se comparado com a média de 14,7 mil toneladas registradas no ano de 2015.

Navios atendidos (Em unidades)





SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

As principais cargas movimentadas no Porto de Imbituba são os graneis, em sua maior parte de origem agrícola, como milho e soja, e também os graneis minerais, com o coque calcinado e não calcinado. Dentre as cargas movimentadas, merece destaque o aumento exponencial dos commodities agrícolas em 270 % em relação ao ano anterior.

Cargas Movimentadas (Em Toneladas)

Carga	2015	2016	Variação %
Graneis Agrícolas	852.627	2.308.852	270,79%
Graneis Minerais	1.397.148	1.317.372	(5,71%)
Demais Graneis	410.946	654.519	59,27%
Carga Geral	199.830	113.219	(43,34%)
Contêiner	530.533	409.224	(22,87%)
TOTAL	3.391.084	4.803.186	41,64 %

III – Desempenho Econômico-Financeiro

No decorrer do ano de 2016, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. apurou um lucro líquido equivalente a R\$ 20.593,425,70, registrando um significativo aumento em relação ao ano anterior, representando uma variação de 31,72%. Importante destacar que o lucro líquido representa 34,27% da receita líquida registrada no ano de 2016. Já o EBITDA representou a fatia de 46 % da receita líquida do ano de 2016.

	Exercício 2015	Exercício 2016	Variação %
Lucro do Período	15.634.540,69	20.593.425,70	31,72 %
IRPJ e CSLL	8.077.525,60	10.616.209,09	
Resultado Financeiro	(3.761.106,00)	(3.887.691,83)	
Outros Resultados	(216.997,75)	3.843,62	
EBIT	19.733.962,54	27.325.786,58	38,47 %
Depreciação e Amortização	140.558,54	360.241,94	
EBITDA	19.874.521,08	27.686.028,52	39,30 %

As receitas brutas totais aumentaram em 25,53% em comparação ao ano imediatamente anterior, alcançando um faturamento bruto histórico, superando a marca de 70 milhões de reais anuais, sendo o maior faturamento já registrado pela companhia, contribuíram para o aumento dos números, o significativo aumento na movimentação de cargas e o reajuste das tabelas tarifárias realizadas em 2016. Destaca-se principalmente o aumento de Infrater e Inframar II, como demonstra-se segregado a seguir, as receitas detalhadas da autoridade portuária.

Quadro de evolução das receitas

Receita	Exercício 2015	Exercício 2016	Variação %
Serviços de Armazenagem	1.222.157,79	2.319.861,17	89,82 %
Infraestrutura Marítima I	6.238.615,79	9.556.240,19	53,18 %
Infraestrutura Marítima II	2.431.960,26	6.330.073,09	160,29 %
Infraestrutura Terrestre	4.943.203,18	9.604.491,42	94,30 %
Arrendamento Fixo	2.774.204,88	5.149.010,25	85,60 %
Arrendamento Variável	10.533.749,60	7.996.289,05	(24,09) %
Arrendamento Contratual Mínimo	24.621.809,91	26.228.771,57	6,53 %
Operação Portuária	817.219,95	0,00	(100,00) %
Taxas Convencionais	536.246,25	1.325.419,93	147,17 %
Serviços de Fornecimento	1.690.054,21	1.548.135,12	(8,40) %
TOTAL	55.809.221,82	70.058.291,79	25,53 %

IV – Infraestrutura Portuária

Recuperação Rodoviária - No ano de 2016, SCPAR Porto de Imbituba contribui intensamente para a realização da revitalização do novo acesso norte ao município, que liga a BR 101 ao Porto de Imbituba, viabilizado através de convênio firmado juntamente com a SC Participações e Parcerias S.A. e a Prefeitura Municipal de Imbituba. A rodovia será totalmente reconstruída em concreto rígido (*whitetopping*), reduzindo os custos com manutenção, ampliando a vida útil e a capacidade de carga do pavimento.

Novas balanças rodoviárias - Foram adquiridas novas balanças rodoviárias dentro da área alfandegada, possibilitando o aumento significativo na capacidade de recepção de cargas e, consequentemente, a eficiência na operação como um todo.

Novas portarias - A revitalização das portarias de acesso à área alfandegada, a modernização das edificações e a pavimentação do local ampliou a capacidade de atendimento dos usuários, com novos *gates* reversíveis, que altera o sentido da via conforme a demanda de entrada e saída de caminhões, possibilitando uma operação mais eficiente.

Sistema de triagem eletrônica - Foi realizada a implantação do sistema de triagem eletrônica para recebimento de caminhões, a autoridade portuária faz o monitoramento e autoriza, via web, o ingresso de caminhões a área portuária, verificando ainda informações estatísticas.

Novo armazém graneleiro - Encontra-se em fase de construção, investimento realizado pela arrendatária Fertilizantes Santa Catarina Ltda, com a construção de um armazém com capacidade de armazenagem estática de 80.000 toneladas, com tecnologia de última geração, contendo tombadores com capacidade de recepção de 12.000 toneladas/dia e expedição de 16.000 toneladas/dia. A previsão de início de operação é para o primeiro semestre de 2017.

V – Desempenho Ambiental

O Porto de Imbituba vem trabalhando de forma contínua nas ações que buscam melhorar a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Para a administração do Porto, é necessário que o local se desenvolva de forma sustentável, respeitando a sociedade e o propósito de crescimento do Estado de Santa Catarina, principalmente na região sul. Por isso, o Porto está comprometido com todos os requisitos legais que norteiam a atividade portuária.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

Entre as medidas e os procedimentos de gestão realizados cita-se: a) Monitoramento de qualidade das águas, b) Programa de Educação Ambiental, c) Programa de Gerenciamento de riscos ambientais, d) Monitoramento da qualidade do Ar, e) Programa de gerenciamento de resíduos. O programa de pesquisa e monitoramento das baleias francas no Porto de Imbituba, realizado anualmente, com intuito de ampliar o conhecimento e a preservação da espécie conquistou o maior prêmio ambiental do Sul do Brasil: Prêmio expressão de ecologia, na categoria Conservação da Vida Silvestre. A finalidade do projeto é de preservar o habitat natural deste animal, espécie migratória que utiliza a costa catarinense para acasalar, procriar e amamentar seus filhotes. A atuação socioambiental do Porto de Imbituba foi também reconhecida em 2016 com as premiações do Troféu Onda Verde, do Prêmio Expressão de Ecologia e o Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC, na categoria Preservação Ambiental

VI – Desempenho Social

Além de um polo de apoio logístico ao mercado econômico do Sul do Brasil, o Porto de Imbituba se consolida como um importante agente do desenvolvimento social de Imbituba e região. Em 2016 o Porto apoiou projetos de incentivo à cultura, ao esporte, à educação, à saúde e ao meio ambiente. Em um ano marcado pelo corte de repasses em diversos setores da economia, o Porto não apenas manteve o apoio às ações para a comunidade, como também aumentou em 25% o valor destinado em relação a 2015.

Essa atuação social é possível graças às iniciativas da própria Administração Portuária, promovidas dentro e fora do Porto, como também por meio de patrocínios a projetos culturais, via legislação municipal e federal de incentivo fiscal.

Os projetos incentivaram diversas modalidades esportivas, entre elas o judô, o surf e a canoagem; valorizar a cultural local, com o apoio à música, à literatura e à produção cinematográfica; promoveram a prevenção à saúde e demais atividades.

O investimento contínuo e crescente na relação Porto/Cidade, uma preocupação que vai além de sua atividade fim, também garantiu ao Porto de Imbituba o Certificado de Responsabilidade Social 2016, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). A Certificação é entregue anualmente a instituições que incluem a responsabilidade socioambiental em suas políticas de gestão, promovendo o bem-estar da comunidade onde atuam e a preservação do meio ambiente. Para o ano de 2017, a perspectiva da administração do Porto de Imbituba é continuar apoiando os projetos sociais, levando à comunidade mais qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento.

VII – Perspectivas

No ritmo das conquistas do último ano, a expectativa para 2017 é alcançar novo recorde histórico na movimentação de cargas, ultrapassando 5,6 milhões de toneladas anuais. O montante representa um crescimento de, pelo menos, 16,5% em relação a 2016. Este desempenho será viabilizado com a conclusão da pavimentação da rodovia que liga a BR-101 ao Porto, agilizando o acesso portuário; o início da operação de novos equipamentos e



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório da Administração

guindastes das empresas Lóxus Granéis e Serra Morena, ampliando a prancha média; o aumento significativo da capacidade de estocagem de cargas, com a conclusão do armazém da arrendatária Fertisanta dentro da área portuária, apto a estocar cerca de 80.000 toneladas; a ampliação e reforma do *gate* (portão) de acesso à área alfandegada; a operacionalização de quatro balanças rodoviárias de maneira integrada, e demais armazéns de operadores na retroárea, com capacidade de armazenagem estática de 400.000 toneladas. Estes investimentos em maquinário e estocagem são imprescindíveis para alcançar as metas operacionais estabelecidas. Além disso, 2017 marcará a continuidade dos investimentos na infraestrutura marítima, com melhorias na sinalização náutica e manutenção da dragagem do canal de acesso e da área de fundeio. Outros contextos estratégicos também devem impactar positivamente no resultado operacional da SCPar Porto de Imbituba S.A. Entre eles, destacam-se a conclusão da rodovia BR-285, garantindo o acesso logístico da produção do Rio Grande do Sul à Santa Catarina; a previsão de supersafra brasileira de grãos agrícolas, commodities que representam grande parcela da movimentação através do Porto de Imbituba e a esperada recuperação econômica do mercado brasileiro. As boas perspectivas do ambiente externo, somadas as melhorias que o porto vem realizando e recebendo, tornam possível a alavancagem das operações. Com o aumento na movimentação, o crescimento acumulado do Porto de Imbituba deve ultrapassar os 170% em cinco anos de administração pública estatal da SCPar Porto de Imbituba. Simultaneamente, o objetivo é ampliar a promoção do desenvolvimento regional sustentável por meio de projetos sociais e ambientais. Como agente desse desenvolvimento, o Porto tem como meta apoiar cada vez mais iniciativas esportivas e culturais, e promover a educação ambiental da comunidade. Também intensificará o monitoramento e prevenção dos impactos da atividade portuária no meio ambiente. Esta atuação reforça a relação Porto/Cidade, permitindo que um número maior de pessoas seja beneficiado e propõe um crescimento pautado no equilíbrio e na responsabilidade.

Luis Rogério Pupo Gonçalves
Diretor Presidente

Marcelo Vargas Schlichting
Diretor

Márcio de Sousa Rosa
Diretor



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SCPar Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, examinou o relatório anual de administração e as demonstrações financeiras dos exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, acompanhado de suas notas explicativas.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPar Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Imbituba/SC, 17 de Fevereiro de 2017

Santos Pacheco Alves
Presidente Conselho Fiscal

Juarez Furtado
Conselheiro Fiscal

Rodrigo Goetten de Almeida
Conselheiro Fiscal



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SCPar Porto de Imbituba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPar Porto de Imbituba em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Relatório dos Auditores Independentes

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Imbituba/SC, 13 de Fevereiro de 2017

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Auditor Independente
CRCSC 9.914/O-3

Guilherme Luís Silva
Auditor Independente
CRCSC 19.408/O-2



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Balanco Patrimonial
(Em Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	34.147.694	27.671.009
Contas a Receber	5	2.957.110	3.484.500
Tributos a Recuperar	6	282.268	137.491
Despesas Antecipadas	7	173.566	189.381
Estoques	8	20.211	0
Outros Créditos	9	56.220	92.701
Total dos Ativos Circulantes		37.637.069	31.575.082
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	416.966	75.595
Ativo Intangível	11	14.969.984	9.656.441
Total dos Ativos Não Circulantes		15.386.950	9.732.036
TOTAL DOS ATIVOS		53.024.019	41.307.118

PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	12	708.275	1.061.534
Obrigações Tributárias	13	593.200	745.775
Obrigações Trabalhistas	14	1.643.695	1.138.889
Outras Obrigações	15	183.547	213.791
Total do Passivo Circulante		3.128.717	3.159.989
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	50.000	50.000
Reserva para Destinação	17	5.148.356	8.845.556
Reserva Legal	18	10.000	10.000
Reserva de Lucros	18	44.686.946	29.241.573
Total do Patrimônio Líquido		49.895.302	38.147.129
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.024.019	41.307.118

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
Receita Operacional			
Prestação de Serviços		70.058.292	55.809.221
(-) Impostos Sobre Serviços		(9.983.308)	(7.952.817)
<u>Receita Operacional Líquida</u>	<u>19</u>	<u>60.074.984</u>	<u>47.856.404</u>
<u>Custo dos Serviços Prestados</u>	<u>20</u>	<u>(22.366.438)</u>	<u>(20.457.295)</u>
Custo dos Serviços Portuários		(17.408.020)	(16.198.441)
Mão de Obra Direta e Encargos Sociais		(4.598.176)	(4.118.295)
Amortizações e Depreciações		(360.242)	(140.559)
<u>Lucro Bruto</u>		<u>37.708.546</u>	<u>27.399.109</u>
<u>Despesas</u>	<u>21</u>	<u>(10.386.603)</u>	<u>(7.448.149)</u>
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		(6.202.938)	(4.535.978)
Despesas Gerais e Administrativas		(4.179.822)	(2.905.047)
Outras Despesas		(3.890)	(225.450)
Outras Receitas		47	218.326
<u>Resultado antes dos Resultados Financeiros</u>		<u>27.321.943</u>	<u>19.950.960</u>
Resultados Financeiros Líquidos	<u>22</u>	3.887.692	3.761.106
<u>Lucro Antes dos Impostos sobre o Lucro</u>		<u>31.209.635</u>	<u>23.712.066</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>23</u>	10.616.209	(8.077.525)
<u>LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</u>		<u>20.593.426</u>	<u>15.634.541</u>

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em Reais)

	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
Lucro Líquido do Período	20.593.426	15.634.541
Resultado Abrangente do Exercício	20.593.426	15.634.541



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas			Resultado do Período	Totais
		Reserva Destinação	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31.12.2014	50.000	-	10.000	17.495.253	-	17.555.253
Mutações 2015						
Lucro Líquido	-	-	-	-	15.634.540	15.634.540
Constituição de Reservas	-	3.908.635	-	11.725.905	(15.634.540)	-
Dividendos Propostos	-	4.936.921	-	-	-	4.936.921
Ajuste Ex. Anteriores	-	-	-	20.415	-	20.415
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2015	50.000	8.845.556	10.000	29.241.573	-	38.147.129
Mutações 2016						
Lucro Líquido	-	-	-	-	20.593.426	20.593.425
Constituição de Reservas	-	5.148.356	-	15.445.070	(20.593.426)	-
Dividendos Propostos	-	(8.845.556)	-	-	-	(8.845.556)
Ajuste Ex. Anteriores	-	-	-	303	-	303
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	50.000	5.148.356	10.000	44.686.946	-	49.895.302

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
<u>LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO</u>	<u>20.593.426</u>	<u>15.634.541</u>
<u>AJUSTE PARA CONCILIAR O RESULTADO</u>	<u>360.545</u>	<u>160.974</u>
Depreciações e Amortizações	360.242	140.559
Outros Ajustes	303	20.415
<u>VARIAÇÕES OPERACIONAIS</u>		
Aumento/(Redução) em Contas a Receber	527.390	(874.804)
Aumento/(Redução) em Outros Créditos	36.482	(70.231)
Aumento/(Redução) em Tributos a Recuperar	(144.778)	750.840
Aumento/(Redução) em Estoques	(20.211)	0
Aumento/(Redução) em Despesas Antecipadas	15.815	(189.265)
Aumento/(Redução) em Depósitos Judiciais	(341.371)	(48.000)
(Aumento)/Redução em Fornecedores	(353.259)	169.660
(Aumento)/Redução em Obrigações Tributárias	(152.575)	(1.782.063)
(Aumento)/Redução em Obrigações Trabalhistas	504.806	(218.084)
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(30.244)	5.674
<u>(FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS)</u>	<u>42.055</u>	<u>(2.256.273)</u>
<u>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Adições ao Ativo Intangível	(5.673.785)	(8.999.463)
<u>FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>	<u>(5.673.785)</u>	<u>(8.999.463)</u>
<u>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Pagamento de Dividendos ao Acionista	(8.845.556)	-
<u>FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>	<u>(8.845.556)</u>	<u>-</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</u>	<u>27.671.009</u>	<u>23.131.230</u>
<i>Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>6.476.684</i>	<i>4.539.779</i>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</u>	<u>34.147.693</u>	<u>27.671.009</u>

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Demonstração do Valor Adicionado
(Em Reais)

	<u>Ano 2016</u>	<u>Ano 2015</u>
RECEITA GERADA	70.058.292	55.809.221
Receita de Prestação de Serviços	70.058.292	55.809.221
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	23.029.748	20.934.126
Serviços de Terceiros	17.365.996	15.287.139
Energia Elétrica Consumida	1.763.282	1.753.301
Outros Insumos	3.900.470	3.893.686
VALOR ADICIONADO BRUTO	47.028.544	34.875.095
Depreciação e Amortização	360.242	140.558
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	46.668.302	34.734.537
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	4.653.666	4.216.053
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	51.321.968	38.950.590
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	10.801.114	8.654.274
Remuneração Direta	9.415.146	7.593.790
Fundo de Garantia	350.537	288.327
Benefícios	1.035.431	772.157
Impostos, Taxas e Contribuições	19.490.040	14.318.814
Federais (Incluindo IOF)	15.987.125	11.528.350
Municipais	3.502.915	2.790.464
Estaduais	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	437.388	342.961
Despesas Financeiras	60.165	342.961
Outros	377.223	-
Remuneração do Capital Próprio	20.593.426	15.634.541
Dividendos Propostos	5.148.356	3.908.635
Lucros Retidos	15.445.070	11.725.905

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas, área portuária do município de Imbituba, no estado de Santa Catarina. O objeto social da empresa é a administração da infraestrutura portuária do porto organizado de Imbituba.

A SCPar Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, sendo passível de prorrogação por igual período.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaborados em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 01 de Fevereiro de 2017.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da companhia. As demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas, excluindo-se os centavos, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.



2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostos nas seguintes notas explicativas *3.2) Ativo Intangível e 3.4) Receita de construção e custo de construção.*

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da companhia nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo.

3.2 Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária.

O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de Dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de Setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de Dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio.

Os bens construídos e adquiridos pela companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público.

De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu.

Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa.

Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação:

- O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço;
- O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação.

A companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de Dezembro de 2011.

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.



3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais descritas abaixo:

Receitas Tarifárias e Não Tarifárias:

- a) Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- b) Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- c) Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- d) Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.
- e) Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- f) Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres.
- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos "take-or-pay".
- h) Operação Portuária: receita devida pelos usuários em virtude de operações de movimentação de cargas realizadas.
- i) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- j) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

Receitas Financeiras:

- a) Rendimentos de Aplicações: receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de renda fixa e variável.
- b) Juros e Multas Recebidas: receita obtida pela aplicação de juros e multas por atrasos na liquidação de títulos recebidos de clientes.



3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. realiza suas obras através de licitações públicas para execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução. Desta forma a companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade e não registra os valores correspondentes em suas demonstrações.

3.5 Impostos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo de 15% acrescida de 10% sobre o lucro contábil ajustado (Lalur) excedente a R\$ 240.000,00 para o imposto de renda e a 9% para a contribuição social.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A empresa elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A empresa elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 (Sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI.

Os valores estão representados a seguir:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Bens Numerários – Caixa	5.290,36	1.455,20
Depósitos Bancários	124.458,07	111.142,54
Aplicações Financeiras	34.017.944,81	27.558.411,17
***Total	34.147.693,24	27.671.008,91

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (Vinte e cinco) dias. A companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Clientes Nacionais	2.957.110,32	3.484.500,37
***Total	2.957.110,32	3.484.500,37

6. Tributos a Recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários oriundos de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de Lucro real em períodos anteriores, o qual já são objetos de pedidos de resstituição.

Representa ainda, créditos de PIS e COFINS a serem compensados remanescentes de pedidos de restituição efetuados até a data de encerramento do exercício.

Os valores são apresentados pelo seu custo histórico, acrescidos de atualização pela Taxa Selic, quando aplicável.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
IRRF a Recuperar	225,00	225,00
COFINS a Recuperar	80.088,72	80.088,72
Imposto de Renda a Recuperar	154.931,99	51.370,49
Contribuição Social a Recuperar	23.649,92	5.806,29
Atualização Selic s/ Tributos Recuperar	23.372,49	0,00
***Total	282.268,12	137.490,50

7. Despesas Antecipadas

Apresenta os valores correspondentes a seguros contratados a serem apropriados em exercícios subsequentes. Os valores são apropriados no período compreendido do exercício do direito, sendo segregados conforme tabela abaixo:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios de Seguro a Apropriar	173.566,22	189.381,15
***Total	173.566,22	189.381,15

8. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo, tais como: material de expediente, de limpeza e copa e cozinha, perfazendo uma quantia de R\$ 20.211,13 no término do ano calendário de 2016.

9. Outros Créditos

Registra quantias relativas a antecipações contratuais e adiantamentos realizados a fornecedores, bem como antecipações de férias e outros créditos junto a funcionários, conforme detalhado na tabela a seguir:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos Contratuais	31.513,52	50.566,37
Adiantamento a Funcionários	24.705,67	42.134,42
***Total	56.219,19	92.700,79

10. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Judiciais Antaq	50.000,00	50.000,00
Depósitos Judiciais Trabalhistas	33.778,49	25.595,43
Depósitos Recursais	95.540,82	0,00
Depósitos em Garantia	237.647,00	0,00
***Total	416.966,31	75.595,43

11. Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto a União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2.

As principais mutações e movimentações do Ativo Intangível da companhia, estão descritas abaixo:

Movimentação Ativo Intangível	Direitos Convênio de Delegação					Software	Total
	Infraestrutura Portuária	Edificações	Equiptos T.I.	Outros	Obras em Andamento		
Custo de Aquisição do Ativo Intangível							
Saldo 31.12.2014	0,00	0,00	167.887,80	652.622,33	0,00	19.390,00	839.900,13
Adições	82.700,00	0,00	105.253,57	0,00	8.754.465,58	57.043,60	8.999.462,75
Transferências	1.986.726,80	1.138.773,39	168.536,23	(168.536,23)	(3.125.500,19)	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo 31.12.2015	2.069.426,80	1.138.773,39	441.677,60	484.086,10	5.628.965,39	76.433,60	9.839.362,88
Adições	2.339.617,42	0,00	103.680,10	428.854,62	2.789.880,67	11.755,60	5.673.716,41
Transferências	6.058.709,87	206.095,58	0,00	0,00	(6.264.805,45)	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo 31.12.2016	10.467.754,09	1.344.868,97	545.357,70	912.937,72	2.154.040,61	88.189,20	15.513.079,29
Amortização Acumulada do Ativo Intangível							
Saldo 31.12.2014	0,00	0,00	22.833,39	17.728,81	0,00	1.800,50	42.363,30
Amortização	71.940,75	12.657,08	56.392,30	0,00	0,00	7.245,18	148.234,71
Baixas	0,00	0,00	0,00	(7.676,17)	0,00	0,00	(7.676,17)
Saldo 31.12.2015	71.940,75	12.657,08	79.225,69	10.052,64	0,00	9.045,68	182.921,84
Amortização	240.334,32	58.358,05	21.908,26	35.735,60	0,00	3.905,71	360.241,94
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo 31.12.2016	312.275,07	71.015,13	101.133,95	45.788,24	0,00	12.951,39	543.163,78
Ativo Intangível Líquido							
Saldo 31.12.2015	1.997.486,05	1.126.116,31	362.451,91	474.033,46	5.628.965,39	67.387,92	9.656.441,04
Saldo 31.12.2016	10.155.479,02	1.273.853,84	444.223,75	867.149,48	2.154.040,61	75.237,81	14.969.984,51

12. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, demonstrados conforme abaixo:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	708.275,01	1.061.534,07
***Total	708.275,01	1.061.534,07



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

13. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Próprio – ISS a Recolher	134.830,55	141.308,58
Próprio – PIS a Recolher	31.367,70	35.346,27
Próprio – COFINS a Recolher	148.802,90	167.478,33
Próprio – IRPJ a Recolher	0,00	96.589,30
Próprio – CSLL a Recolher	0,00	56.504,90
Retidos – CSRF a Recolher	60.064,46	52.108,43
Retidos – IRRF a Recolher	14.184,09	12.811,48
Retidos – INSS a Recolher	135.899,29	118.671,21
Retidos – ISS a Recolher	68.050,99	64.956,56
***Total	593.199,98	745.775,06

14. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhista e previdenciárias, compreendendo:

- Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar.
- Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações.
- Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente.

Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações com Pessoal	655.298,83	488.229,05
Obrigações Previdenciárias	310.120,08	185.466,62
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	678.276,37	465.122,78
***Total	1.643.695,28	1.138.888,45

15. Outras Obrigações

Representam os valores correntes de antecipações realizadas por clientes, no qual serão realizados através de receitas em um prazo médio inferior a 15 (Quinze) dias e garantias contratuais estabelecidas em contratos.

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de Clientes	0,00	77.106,57
Garantias Contratuais	136.684,80	136.684,80
Convênio Acesso Norte	46.862,02	0,00
***Total	183.546,82	213.791,37



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

16. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de Dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

17. Reservas para Destinação

O estatuto social da empresa em seu artigo 19 e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (Vinte e cinco por cento) de cada lucro líquido apurado nos exercícios. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria nas atividades do porto, mediante prévia autorização do poder delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos em conta especial de reservas. A reserva acumulada em R\$ 5.148.356,42 corresponde aos lucro apurado no exercício de 2016, devidamente proposto pelo Conselho de administração desta companhia e pelo corpo diretivo.

17.1. Distribuição de Dividendos ao Acionista

No decorrer do ano de 2016 foram destinados valores ao acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.*, decorrentes do que prevê o Art. 19 do Convênio de Delegação nº 01/2012, conforme demonstra-se no quadro abaixo:

Dividendos Distribuídos	
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2015	R\$ 8.845.556,44
(+) Adição de 25% Lucro Ano 2016 Cfme Art. 19 Convênio Delegação 01/2012	R\$ 5.148.356,42
(-) Dividendos distribuídos ao Acionista único em 2016	(R\$ 8.845.556,44)
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2016	R\$ 5.148.356,42

18. Reservas

Compreende a Reserva Legal, na qual representa R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e a Reserva de Lucros que compõe os valores acumulados de lucros apurados em exercícios anteriores no montante total de 44.686.945,53 (Quarenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Rubrica	Exercício 2016	Exercício 2015
Reserva Legal	10.000,00	10.000,00
Reserva de Lucros	44.686.945,53	29.241.572,80
***Total	44.696.945,53	29.251.572,80



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

19. Receita Líquida

A companhia reconhece como receita, o valor recebido dos usuários da infraestrutura dos serviços portuários, deduzido os impostos incidentes sobre estas receitas, seguindo os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.

Receita	Exercício 2016	Exercício 2015
Prestação de Serviços	70.058.291,79	55.809.221,82
Serviços de Armazenagem	2.319.861,17	1.222.157,79
Infraestrutura Marítima I	9.556.240,19	6.238.615,79
Infraestrutura Marítima II	6.330.073,09	2.431.960,26
Infraestrutura Terrestre	9.604.491,42	4.943.203,18
Arrendamento Fixo	5.149.010,25	2.774.204,88
Arrendamento Variável	7.996.289,05	10.533.749,60
Arrendamento Contratual Mínimo	26.228.771,57	24.621.809,91
Operação Portuária	0,00	817.219,95
Taxas Convencionais	1.325.419,93	536.246,25
Serviços de Fornecimento	1.548.135,12	1.690.054,21
(-) Impostos Sobre Serviços	(9.983.307,55)	(7.952.817,31)
(-) Imposto Sobre Serviço	(3.502.915,36)	(2.790.464,29)
(-) Pis Não Cumulativo	(1.155.962,08)	(920.852,17)
(-) Cofins Não Cumulativo	(5.324.430,11)	(4.241.500,85)

20. Custos dos Serviços Portuários

Os principais custos para prestação dos serviços portuários da companhia, estão apresentados a seguir:

Resumo dos Custos

Rubrica	Exercício 2016	Exercício 2015
Custo com Serviços de Dragagem	5.258.384,70	5.666.601,98
Custo com Serviços de Segurança Portuária	3.229.010,98	2.316.965,00
Custo com Serviços de Limpeza da Área Portuária	920.402,80	1.463.312,35
Consumo de Energia Elétrica	1.763.282,35	1.753.301,69
Manutenção e Reparos	956.176,02	1.412.518,06
Pessoal, Encargos e custos assistenciais	4.598.176,15	4.118.295,05
Custos com Serviços Ambientais	1.180.567,83	1.414.426,49
Custo com Pesquisas e Estudos Técnicos	2.366.669,15	1.800.059,49
Outros Serviços de Terceiros	2.413.609,27	1.412.685,08
Amortizações e Depreciações	360.241,94	140.558,54
Outros Custos	757.979,39	694.477,34
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.438.062,82)	(1.735.906,02)
***Total	22.366.437,76	20.457.295,05



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

21. Despesas

As principais despesas registradas pela companhia, estão apresentadas a seguir:

Resumo das Despesas

Rubrica	Exercício 2016	Exercício 2015
Pessoal, Encargos e custos assistenciais	6.202.937,81	4.535.978,75
Serviços de Terceiros	1.997.351,19	1.213.088,73
Consumo de Materiais	323.001,19	238.843,48
Publicações e Propagandas	985.853,11	1.095.947,60
Doações Dedutíveis	324.000,00	357.166,48
Outras Despesas	553.507,22	225.449,69
Outras Receitas	(47,00)	(218.325,56)
***Total	10.386.603,52	7.448.149,17

22. Resultados Financeiros Líquidos

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme abaixo:

Rubrica	Exercício 2016	Exercício 2015
Receitas Financeiras	4.437.270,48	4.104.066,90
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.264.044,40	3.898.770,62
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(216.395,30)	(111.986,69)
Juros e Multas Recebidas	355.775,05	307.266,37
Outras Receitas Financeiras	33.846,33	10.016,60
Despesas Financeiras	(549.578,65)	(342.960,90)
Despesas Bancárias	(8.615,63)	(7.757,33)
Imposto Sobre Operações Financeiras	(112.190,92)	(24.377,43)
Outras Despesas Financeiras	(428.772,10)	(310.826,14)
***Total	3.887.691,83	3.761.106,00

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de renda e a contribuição social é apurado pela sistemática do lucro real, sendo a sua base de cálculo apurada, deduzindo as adições e exclusões no Livro de apuração do lucro real, bem como o valor devido de imposto de renda, já deduzido das doações e destinações legalmente possíveis.

Rubrica	Exercício 2016	Exercício 2015
Imposto de Renda	7.712.965,07	5.886.441,77
Contribuição Social	2.903.244,02	2.191.083,83
***Total	10.616.209,09	8.077.525,60



24. Gestão de Riscos Financeiros

24.1 Considerações Gerais e Políticas

A companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elige instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

24.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho.

A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa.

Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

24.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

25. Outras informações relevantes

25.1 Demandas Jurídicas

a) Ações Trabalhistas: Os processos trabalhistas, em sua maioria, dividem-se em dois tipos: pedidos de complementação de aposentadoria e responsabilização pela sucessão de empregadores. Os processos do primeiro tipo também se fundamentam na tese de sucessão de empregadores, são trabalhadores aposentados da antiga concessionária de serviço público,



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

Companhia Docas de Imbituba requerendo, ao fim, a condenação da SCPAr Porto de Imbituba S.A. ao pagamento de complementação de aposentadoria. Os processos do segundo tipo referem-se a empregados que em um primeiro momento foram aproveitados pela administração da SCPAr Porto de Imbituba S.A. para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (possibilidade de paralisação das atividades do porto de Imbituba), com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 260/2004. Estes requereram a reintegração dos empregos públicos e responsabilização pela sucessão dos empregadores, declarando-se a unicidade contratual com a empresa Companhia Docas de Imbituba. O posicionamento majoritário do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região favorece a defesa da SCPAr Porto de Imbituba S.A., o fundamento é que a declaração de sucessão de empregadores encontra óbice no art. 37, II, 2º da Constituição Federal, Súmula nº 363 do Tribunal Superior do Trabalho e inaplicabilidade da Orientação Jurisprudencial nº 225, também do TST, bem com os artigos 10 e 448 da Consolidação das Leis do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região instaurou o incidente de uniformização de jurisprudência nº 1234-05.2015.5.12.0043 com o título "Porto de Imbituba. Sucessão de Empregadores. Validade das demissões dos antigos frente à ausência de concurso público". Com o julgamento deste incidente será criada súmula sobre a matéria, pacificando o entendimento do TRT12 sobre a situação do Porto de Imbituba e, considerando a jurisprudência existente, excluindo qualquer possibilidade de responsabilização da SCPAr Porto de Imbituba S.A. por sucessão de empregadores em relação a Companhia Docas de Imbituba. As demais ações trabalhistas não devem gerar passivos financeiros, pois são ações trabalhistas que visam a responsabilização subsidiária da SCPAr Porto de Imbituba S.A., sendo restrito os casos trazidos pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, os processos contra a empresa, em princípio, carecem de fundamentos de fato e de direito para responsabilizá-la.

b) Da ação de consignação em pagamento ajuizada pela Santos Brasil Participações S.A:

A consignante depositou em juízo a integralidade dos valores devidos ao Porto. Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAr Porto de Imbituba S.A. da integralidade do valor consignado, atualmente cerca de R\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de reais). O processo fora remetido para a Justiça Comum Estadual, face a declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do polo passivo por inexistência de seu interesse no feito, atualmente o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitado na 3ª Vara Cível da capital de Florianópolis. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio a serem destinadas a SCPAr Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Por outro lado, a declaração judicial de que a SCPAr Porto de Imbituba S.A. não é a titular do crédito não gerará ônus financeiro à empresa.

c) Ações de Dano Moral: São quatro ações individuais ajuizadas em face da SCPAr Porto de Imbituba S.A. (0301181-39.2014.8.24.0030, 0301182-24.2014.8.24.0030, 0301183-09.2014.8.24.0030, 0301184.91.2014.8.24.0030) em que se pleiteia indenização por dano moral decorrente da poluição supostamente gerada por operações portuárias relativas a movimentação de coque. Não há valor da condenação estimado, uma vez que se requereu o arbitramento do montante pelo juiz da causa. Há de se destacar que os processos possuem

falha técnica já sinalizada pelo juiz titular, qual seja, a falta de individualização do dano, ou seja, não se pode pleitear direito alheio, direito difuso ou direito coletivo. Assim, há a possibilidade de extinção dos processos sem julgamento de mérito por ilegitimidade ativa dos demandantes. Ao fim, há ainda a possibilidade de perda dos processos, face a variedade de decisões e a inexistência de tese fixada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina ou do Superior Tribunal de Justiça. Em caso de condenação acreditamos que os valores de cada processo não ultrapassem R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), projetando-se a média de valores arbitrados a título de danos morais pelo TJSC, custas e honorários sucumbenciais.

d) Reequilíbrio Econômico Financeiro TECON: A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil sob nº processo 00045.002955/2016-51, solicitando recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Importante frisar que em caso de deferimento de tal pedido, o mesmo impactará significativamente as receitas da autoridade portuária, reduzindo o potencial de investimentos desta estatal.

e) Imunidade Tributária: Foi protocolado, através da ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no qual, a SCPAR Porto de Imbituba ajuizou ação declaratória em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS, o qual ainda não houve manifestação definitiva por parte do juízo.

f) Demais Ações: As demais ações qualificadas como de perda possível se resumem: 0301404-89.2014.8.24.0030 - Mandado de segurança cuja consequência será o pagamento de custas processuais, possivelmente na quantia de até R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). 0001835-31.2016.8.24.0030 - Pedido de Tutela antecipada em caráter antecedente em que pedimos a desistência da ação por termos resolvido a matéria de fato antes da citação das rés. Possível condenação em custas processuais em R\$ 2.849,50 (Dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos). Com a extinção do feito a sociedade ainda recuperará os valores depositados a título de caução, R\$ 237.647,00 (Duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais). 5002547-34.2015.4.04.7216 - Ação anulatória de ato administrativo da União - TRF4, a ação foi julgada improcedente em primeiro e segundo graus. Interporemos Recurso Especial após a apreciação de Agravo de Instrumento interposto pela União no âmbito do TRF4. Possível condenação em cerca de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) a R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), considerando-se que a multa aplicada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários fora de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), atualização monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais entre 10 (dez) a 20 (vinte) por cento.

25.2 Contabilidade Regulatória ao Setor Portuária

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

As autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual.

25.3 Cobertura de Seguros

Responsabilidade Civil: A companhia possui, por força do contrato de concessão, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora AIG Seguros do Brasil S.A. A vigência deste seguro compreende o período de 06/08/2016 a 06/08/2017, tendo assegurado as coberturas para Responsabilidade Civil (cobertura ampla) até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) com franquia de até 10% (Dez por cento) dos prejuízos registrados.

Seguro Patrimonial: A companhia possui seguro patrimonial de toda a frota veicular existente. Em relação aos demais bens existentes sobre administração da autoridade portuária, até o presente momento não há seguro contratado, devido a necessidade de inventariar e formalizar a cessão de uso dos bens pelo poder delegante a SCPar Porto de Imbituba S.A., já comunicados a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e aguardando a realização do termo conforme definido na cláusula quinta do Convênio de Delegação nº 01/2012.

24.3 Eventos Subsequentes

A companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 01 de Fevereiro de 2017.

Luis Rogério Pupo Gonçalves
Diretor Presidente
CPF: 079.023.648-60

Márcio de Sousa Rosa
Diretor
CPF: 145.307.919-04

Marcelo Vargas Schlichting
Diretor
CPF: 764.604.799-68

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75